

O FASCISMO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Matheus Gomes Aguiar Rezende¹

Mayla Rafaela Silva²

Hernani Martins Júnior³

O termo “política pública” tem um alto grau de interação com a democracia. A palavra democracia, foi mencionada primeiramente em obras de pensadores como, Heródoto e Tucídides, isto nos anos 400 a.C. Após isto, Platão na sua obra (República) e Aristóteles (Política) vieram para trazer um grande marco para síntese do que realmente era a democracia. Para ambos, o governo era exercido pelo o “demos”, ou seja, o povo, sendo que, nem todos tinham o direito de participar. Na Grécia, apenas um número pequeno de homens podia realmente participar das decisões naquela “polis”. Escravos, estrangeiros e também as mulheres ficavam de fora das decisões políticas.

Após a Antiguidade, a ocorrência do termo democracia interrompe-se, ressurgindo no século XVIII (Pereira, 1993; Sartori, 1994). Nesse contexto temos que observar o que fala Robert Dahl (2001, p. 13), de que “a democracia tem significados diferentes para povos diferentes em diferentes tempos e lugares diferentes”. Logo, podemos observar um leque de tipos de democracia e movimentos que marcaram a história de

vários países. Um movimento importante que será abordado em seguida é o Fascismo, que teve seu marco na Itália nos anos 1930 e 40.

Caracterizado por ser um movimento baseado em ideais de violência, guerra, nação, autoritarismo e nacionalismo, o Fascismo de acordo com Sternhell (1995, p. 21), busca no Marxismo a convicção de que a violência é o motor da história, unicamente regido pelas leis da guerra, recolhe do liberalismo o respeito pelo poder e a vitalidade dos mecanismos da economia de mercado. A partir dessa ideia, o país deveria destruir a antiga classe que os dominava e também todos seus ideais e valores para então se submeterem aos Fascistas, que Mussolini (primeiro ministro italiano) caracterizava como: “aristocratas vindos das trincheiras” (DE FELICE, 2002, p. 216).

Para o Fascismo, todos os indivíduos devem estar totalmente submetidos aos interesses da nação e a vontade do Estado, no qual o líder, exerce o poder com prerrogativas diretivas. Assim todos da sociedade devem seguir este líder mesmo contrapondo os ideais individuais de cada cidadão, os movimentos sociais eram sempre sufocados, as greves proibidas, as diretrizes governamentais dotavam de prerrogativas de verdades absolutas, devendo orientar todas as atividades econômicas sejam elas públicas ou privadas. Neste sistema de governo críticas sociais não eram bem vistas,

<p>Folha Acadêmica do CESC ISSN 2358-2839 (impresso) / ISSN 2358-209X (online) Centro de Ensino Superior de São Gotardo</p>	<p>Número XIX jul-set 2018</p>	<p>Trabalho 03 Páginas 07-09</p>
<p>http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/folhaacademica</p>	<p>periodicoscesg@gmail.com</p>	

e via de regra, reprimidas com violência, combatidas com tenacidade e terror.

Com o fim do fascismo nos anos 1940, a sociedade passou a desenvolver mecanismos de governança participativa de modo a combater arbítrios e o autoritarismo. Neste ínterim se conquista a garantia dos direitos sociais e a supremacia dos direitos humanos. Tais direitos vieram através da Declaração dos Direitos Humanos, um dos documentos de base mais importantes já criados, surge após a segunda guerra mundial, com a criação em 1948 da ONU (Organização das Nações Unidas). Surge por conta dos horrores praticados ao ser humano naquele período de guerra, visando garantir e preservar os direitos éticos e morais que muitas das vezes foram deixados de lado em prol de ideais políticos. Tem como principal função garantir a dignidade a todas as pessoas, tem validade *erga omnes* sendo válida para todos sem qualquer tipo de diferenciação ou discriminação e os direitos nela consubstanciados são indisponíveis e imprescritíveis.

As políticas públicas são programas e ações que o estado desenvolve para garantir os direitos sociais fundamentais garantindo assim o bem-estar dos cidadãos. São programas relacionados com os direitos dos cidadãos e abrangem temas transversais, como por exemplo: saúde, educação, meio

ambiente, trabalho, segurança assistência social, entre outras.

Toda política pública possui um ciclo, ou seja, etapas para que ela seja colocada em prática diante da sociedade. Leva-se em conta as seguintes etapas até o objetivo final: identificação do problema, formação da agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação da política e por fim avaliação. Cada uma dessas etapas tem sua função, desde a análise da real importância de melhoria ou implementação da política em questão até sua avaliação de quanto ela foi importante para a sociedade e quais os impactos. Deste ponto o processo se inicia novamente: com a identificação do problema, a formulação da agente, a implementação da política, e a análise dos resultados.

Neste processo é importantíssimo o envolvimento de toda a coletividade, de forma que as soluções aventadas estejam próximas dos anseios sociais, assim como no processo de avaliação, no qual é imprescindível a participação do cidadão, que é o destinatário fruidor da política. Como pressuposto, uma política pública não se implantaria no fascismo, átrio do autoritarismo. Para que o ciclo de uma política pública se efetive é necessário o desenvolvimento de instituições democráticas, gestão participativa, algo impensável nos ideais fascistas.

<p>Folha Acadêmica do CESH ISSN 2358-2839 (impresso) / ISSN 2358-209X (online) Centro de Ensino Superior de São Gotardo</p>	<p>Número XIX jul-set 2018</p>	<p>Trabalho 03 Páginas 07-09</p>
<p>http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/folhaacademica</p>	<p>periodicoscesg@gmail.com</p>	

Como podemos ver, partindo da democracia antiga, passando pelo regime fascista e chegando no processo de criação das políticas públicas, observamos uma grande mudança entre os dois primeiros momentos até o atual momento, que é a maior participação da população diante da democracia a fim de escolherem seus representantes para a implementação dessas políticas públicas. Isto foi um marco não só no Brasil, mas também em diversos países do mundo. Hoje podemos citar a participação de não só de homens, mas também das mulheres em relação à prática da democracia, como o direito de votar. Neste contexto, nota-se uma clara evolução da população mundial. No entanto ainda existem países com governo e população totalmente fechados para este tipo de política. Porém devemos ter em mente a fala já citada de Robert Dahl (2001, p. 13), “a democracia tem significados diferentes para povos diferentes em diferentes tempos e lugares diferentes”.

REFERÊNCIAS

DE FELICE, Renzo. *Entrevista sobre o Fascismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

STERNHELL, Zeev. *Nascimento da ideologia fascista*. Lisboa: Bertrand, 1995.

PEREIRA, M. H. da Rocha. O nascimento da democracia. In: PEREIRA, M. H. R. *Estudos de história da cultura clássica*. 7. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993. Parte 2 do Cap. IV, p. 177-187. (Cultura grega. v.1).

SARTORI, Giovanni. A democracia grega e a democracia moderna. In: SARTORI, Giovanni. *A teoria da democracia revisitada*. São Paulo: Ática, 1994. Cap. 10, p. 34-58. (As Questões Clássicas, V. 2)

DAHL, Robert A. Onde surgiu e como se desenvolveu a democracia? Uma breve história. In: DAHL, Robert A. *Sobre a democracia*. Tradução de Beatriz Sidou. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. Cap. 2, p.17-35.

¹ Discente do curso de Administração da Universidade Federal de Viçosa Campus Rio Paranaíba.

² Discente do curso de Administração da Universidade Federal de Viçosa Campus Rio Paranaíba.

³ Doutor e Mestre em Estatística e Experimentação Agropecuária e graduado em Agronomia pela Universidade Federal de Lavras. Professor da UFV Rio Paranaíba. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/2170320174626175>.

<p>Folha Acadêmica do CESC ISSN 2358-2839 (impresso) / ISSN 2358-209X (online) Centro de Ensino Superior de São Gotardo</p>	<p>Número XIX jul-set 2018</p>	<p>Trabalho 03 Páginas 07-09</p>
<p>http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/folhaacademica</p>	<p>periodicoscesg@gmail.com</p>	